



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 10M1

Direito Tributário e
Direito Financeiro



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificação adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos estandardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão Ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**51**

À luz do sistema tributário nacional, marque a alternativa correta, considerando que a segunda assertiva se vincula e é decorrência lógico-jurídica da primeira.

- (A) O tributo deverá ser alterado mediante lei em sentido estrito / A alíquota máxima e mínima do imposto sobre serviços de qualquer natureza, entretanto, com base no atual sistema tributário nacional, poderá ser alterada mediante decreto, portaria ou instrução normativa.
- (B) A lei deverá contemplar os elementos essenciais para a instituição do tributo / O regulamento, contudo, poderá definir conceitos jurídicos indeterminados adotados pela lei, indicando a via adequada para a fiel execução da respectiva norma jurídica.
- (C) Os elementos caracterizadores do tributo constarão de lei específica / Já as alíquotas internas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior serão estabelecidas mediante resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovadas por maioria absoluta dos seus membros.
- (D) O tributo deverá ser criado por lei, com base no processo legislativo previsto no texto constitucional / Ressalte-se que os convênios celebrados entre os entes federativos, para aprimoramento da administração dos seus tributos, deverão ser submetidos à aprovação do Poder Legislativo.
- (E) A majoração e a redução de tributos deverão ser veiculadas mediante lei em sentido estrito / Observe-se ainda que medida provisória é instrumento hábil para instituir tributos, podendo dispor sobre matéria reservada à lei complementar.

52

Sobre o federalismo fiscal no Brasil é correto afirmar que:

- (A) A época da ditadura militar correspondeu, paradoxalmente, a um período de regime fiscal distendido, onde houve uma descentralização da arrecadação e da distribuição dos recursos tributários em mãos dos governos locais.
- (B) Com relação ao ICMS, pode ser afirmado que se trata de tributo administrado com grande autonomia pelos governos estaduais, tornando-se ferramenta de atração e alocação de investimentos em território nacional.
- (C) Com relação aos municípios constata-se que vêm tentando ampliar as suas fontes de receita, mas continuam com a menor representatividade no quadro de arrecadação nacional, sendo a receita concentrada no interior do estado e centros urbanos de menor porte.
- (D) No quadro tributário nacional os fundos de participação acabam por compor, majoritariamente, a receita disponível dos governos subnacionais, retirando destes últimos parcela ponderável de autonomia político-financeira.
- (E) O novo sistema, pós constituição de 1988, de repartição de receitas, consolidou e regulamentou um processo que já vinha ocorrendo há anos e que, em termos de recursos disponíveis, veio a beneficiar apenas os Estados, em detrimento da União.

53

Lei Estadual publicada em 15/05/2011, estabeleceu, entre outras providências relacionadas ao ICMS, a concessão de remissão de débitos de valor inferior a R\$ 200,00, em razão do montante de tais débitos serem inferiores aos respectivos custos de cobrança. Nesse caso, tal renúncia de receita, com base na Lei Complementar nº. 101/2000:

- (A) Dispensará a previsão de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar e nos dois exercícios seguintes, bem como dispensará qualquer outra medida de compensação de tributos ou exigências previstas na referida Lei.
- (B) Dispensará a previsão de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar e nos dois exercícios seguintes, porém, observará qualquer outra medida de compensação de tributos ou exigências previstas na referida Lei.
- (C) Deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar e no exercício seguinte, bem como observará qualquer outra medida de compensação de tributos ou exigências previstas na referida Lei.
- (D) Deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar e nos dois exercícios seguintes, bem como observará qualquer outra medida de compensação de tributos ou exigências previstas na referida Lei.
- (E) Deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar e nos três exercícios seguintes, bem como observará qualquer outra medida de compensação de tributos ou exigências previstas na referida Lei.

54

Assinale a alternativa que contemple duas assertivas verdadeiras e a segunda completa e específica o conteúdo da primeira.

- (A) A Constituição Federal contempla, no artigo 146-A dispositivo que permite à União estabelecer critérios especiais de tributação / Os critérios especiais de tributação, entretanto, fomentam desequilíbrios concorrenciais.
- (B) Na tributação extrafiscal o princípio da livre concorrência não é alcançado pela via da neutralidade tributária / A proteção à regra concorrencial na extrafiscalidade se dá pelo sopesamento entre o princípio da livre concorrência, com os demais princípios constitucionais.
- (C) A lei 12529/11, que dá novo perfil ao CADE, permite no parágrafo 5º do artigo 88 que, em determinadas circunstâncias, atos de concentração possam prevalecer / No ambiente tributário, ao contrário, prevalece a regra da neutralidade tributária absoluta.
- (D) O princípio da livre concorrência se confunde com aquele da isonomia tributária / Todas as implicações entre tributação e livre concorrência podem ser dirimidas, em última análise, pelo princípio da igualdade tributária.
- (E) Livre concorrência, no âmbito constitucional econômico e neutralidade, no âmbito fiscal, são duas faces da mesma moeda / não há como prestigiar o princípio da livre concorrência, se houver desigualdade de condições para competir, geradas pela tributação.

55

Analise as seguintes proposições acerca do Direito Financeiro:

- I. O orçamento monetário deverá se compatibilizar com o Plano Plurianual – PPA e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, bem como deverá estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e programas de duração continuada.
- II. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, ou projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa que incidam sobre transferências tributárias constitucionais para os entes federativos.
- III. A LDO compreenderá as metas da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e disporá sobre alterações da legislação tributária e política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- IV. As emendas ao projeto de lei orçamentária anual, ou projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa excluídas as que incidam sobre serviços da dívida e dotação para pessoal e seus encargos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

56

Com relação ao orçamento público, avalie as afirmativas abaixo.

- I. O orçamento público é documento que concretiza e revela as prioridades e programas de ação da Administração Pública, conjugando as necessidades e os interesses dos três poderes.
- II. O orçamento público deve ser considerado essencialmente por seu conteúdo contábil e técnico, materializando-se em um documento de matiz financeira, que busca traduzir os anseios da sociedade.
- III. A dimensão política do orçamento público está vinculada ao fato de que este deve expor a grandeza financeira da atividade do Estado, englobando todas as receitas e despesas.
- IV. O Poder Legislativo tem, em relação ao orçamento, a função única de debatê-lo, votá-lo e aprová-lo, com ou sem emendas, sempre na forma de lei ordinária.
- V. O orçamento, sob o aspecto jurídico, se materializa através de três distintos diplomas legais, a saber: lei orçamentária anual; lei de diretrizes orçamentárias e lei do plano plurianual.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e V estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

57

O Estado Z ingressou com determinada ação em face do Banco LM S/A, requerendo medida liminar, para que o banco depositário, Banco do Brasil S/A, restasse impedido de bloquear, reter ou repassar recursos do Estado oriundos de quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE para o Banco LM S/A, que dispõe de mandato para receber os aludidos recursos em pagamento decorrente de contrato de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – ARO celebrado entre o Estado Z e o respectivo Banco LM S/A. Nesse caso, tendo em vista que a operação de crédito aqui cuidada foi realizada em meados do primeiro ano do mandato do Governador do mencionado Estado, a utilização das quotas-partes do FPE, pelo Banco LM S/A, como garantia dos contratos de ARO celebrado entre as partes:

- (A) possibilita a concessão de liminar pelo juiz da causa, visto se tratar de exceção ao princípio constitucional da vedação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa.
- (B) afasta a concessão de liminar pelo juiz da causa, visto que infringiria o sistema de pagamento mediante precatório, conforme disposto na Constituição Federal em vigor.
- (C) afasta a concessão de liminar pelo juiz da causa, visto que infringiria princípio constitucional da vedação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa.
- (D) possibilita a concessão de liminar pelo juiz da causa, visto se tratar de exceção ao princípio constitucional da vedação da instituição de fundos sem prévia autorização legislativa.
- (E) Afasta a concessão de liminar pelo juiz da causa, visto que infringiria princípio constitucional da vedação da instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

58

A Câmara Municipal de São Severino propõe projeto de lei que, no curso do mandato, altera, majorando, os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito. Neste caso, o projeto de lei

- (A) Está fulminado pelo vício de inconstitucionalidade uma vez que ofende o princípio da anualidade orçamentária.
- (B) É incompatível com o princípio da anterioridade, que obriga a fixação dos subsídios ao final de cada legislatura.
- (C) Deve observar a regra da remuneração por subsídio e adicionais fixados em parcela única.
- (D) Só obedecerá ao princípio da anterioridade legislativa, se assim dispuser a Lei Orgânica Municipal.
- (E) Ofende a constituição, já que a remuneração dos agentes políticos deve ser feita em parcela única, por subsídio.

62

Parlamentar congressista, atento à grave crise financeira que afeta o cenário econômico internacional, consulta seus assessores a respeito das disposições constitucionais que tratam da competência legislativa tributária, para apresentar iniciativa legislativa com a finalidade de expandir gastos relativos a direitos sociais, sem reduzir a arrecadação da União, de forma a garantir a solvência dos cofres públicos. Assinale a alternativa correta à luz da ordem constitucional vigente e que se adéqua às intenções do congressista.

- (A) A União pode instituir novos impostos, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na CRFB/88, por lei ordinária ou medida provisória.
- (B) A União, em caráter extraordinário, pode criar novas fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, por meio da edição de lei complementar.
- (C) A União, em caráter residual, pode instituir nova contribuição destinada a assegurar os direitos relativos à previdência social, por meio da edição de lei complementar.
- (D) A União pode, por meio de sua competência remanescente, cobrar contribuição destinada à seguridade social com fato gerador ou base de cálculo própria dos impostos discriminados na CRFB/88, a ser instituída por meio de emenda constitucional.
- (E) A União é o único membro da federação que pode cumular a competência tributária de outro ente tributante, o que ocorre na hipótese do Território Federal, com relação aos impostos estaduais e municipais.

63

Lei Estadual, publicada em 15/10/2011, estabeleceu, entre outras providências relacionadas ao ITCMD, a alteração da alíquota do imposto de 5% para 9%, incidindo sobre o valor real dos bens e direitos, ou o valor do título ou crédito, transmitidos ou doados, conforme especificações contidas no texto legal. Nesse caso, afirma-se que:

- (A) A lei é inconstitucional, por contrariar Resolução já editada pelo Senado Federal, com base na sua competência legislativa prevista no atual texto da Constituição.
- (B) A lei é constitucional, por se adequar à Resolução já editada pelo Senado Federal, com base na sua competência legislativa prevista no atual texto constitucional.
- (C) A lei é constitucional, por observar a competência tributária exclusiva atribuída pelo atual texto constitucional aos Estados e Distrito Federal no que se refere à instituição e cobrança do ITCMD.
- (D) A lei é inconstitucional, por violar dispositivo contido em lei complementar, o qual deverá ser observado pelos Estados e Distrito Federal quanto à matéria tratada.
- (E) A lei é inconstitucional, por violar a competência exclusiva do Congresso Nacional no que se relaciona ao aspecto quantitativo do fato gerador do ITCMD de competência dos Estados e Distrito Federal.

64

Leia atentamente o parágrafo a seguir, assinalando a opção que completa, hodiernamente, o seu sentido, acerca do critério de justiça material para o sistema tributário:

“não basta que o direito tributário seja uma ordem segura; é necessário que seja ordem justa para que possa revestir a característica de direito, colocando-se a exigência de justiça em todos os níveis. No nível legislativo, o legislador deve obedecer aos ditames do Estado de Direito em sentido material, criando normas que se afigurem justas à maioria dos cidadãos e que o sejam efetivamente.”

- (A) A mais valia técnica das normas tributárias presente na sua estruturação, texto e conceitos, é garantia da justiça do sistema tributário, na medida em que permite a dessacralização da lei, enquanto expressão de uma ordem natural.
- (B) A tensão entre o direito enquanto norma e o direito enquanto decisão permite que se estabeleça, através do direito posto, uma solução de equilíbrio antevista pelo legislador, aplicável ao caso concreto.
- (C) A ideia de ordem adequada subjacente ao conceito de sistema permite a concretização da justiça material da tributação contemporânea, na medida em que viabiliza a fixação de cânones de conduta.
- (D) A concepção de justiça da tributação exige uma análise aprofundada da justificação axiológica da norma, que deve estar assente nos critérios de autotributação e autoaplicação, com a intervenção do cidadão em todo o processo.
- (E) A justiça material do sistema de direito tributário está unicamente delimitada pelo princípio da autotributação, pelo qual os cidadãos criam, através de seus representantes no parlamento, os impostos que lhes vão ser aplicados.

65

Com relação à lei complementar 141/12, que Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre ações e serviços públicos de saúde, pode ser afirmado que

- (A) Haverá automática concessão de créditos à saúde toda vez que a variação nominal do Produto Interno Bruto for majorada.
- (B) A vigilância epidemiológica e a remoção de resíduos são consideradas despesas vinculadas às ações e serviços públicos de saúde.
- (C) São diretrizes para as ações e serviços públicos de saúde a universalização, isonomia e gratuidade do sistema.
- (D) As taxas, tarifas ou multas arrecadadas por entidades da área da saúde que integram a administração dos Estados, deverão ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde pelas respectivas entidades.
- (E) Os recursos previstos na Lei Complementar 141/12 serão recolhidos e movimentados em contas específicas mantidas em instituição financeira oficial.

66

Em janeiro de 2009 a Fazenda Pública do Município Rio Longo lançou o IPTU do imóvel de Jota Silva levando em consideração o padrão de acabamento Px, conforme dados constantes de seu cadastro. Porém, em meados deste mesmo ano, a Administração Fazendária, após verificação in loco, modificou a planta básica do imóvel de Jota Silva, procedendo à alteração do padrão de acabamento de Px para Pxy, o que redundou na revisão do lançamento e expedição de lançamento complementar, para a cobrança das diferenças apuradas, tendo sido regularmente notificado o contribuinte. Neste caso

- (A) a retificação dos dados cadastrais do imóvel, após a constituição do crédito tributário, autoriza a revisão do lançamento, por corresponder a direito subjetivo da Fazenda.
- (B) torna-se possível a retificação dos dados cadastrais do imóvel, reconhecido o erro de fato, mas indevido o lançamento complementar, sob pena de malferir-se o princípio da anterioridade.
- (C) a retificação pode ocorrer, mas deve ser respeitado o princípio da imutabilidade do lançamento, que se perfectibiliza após a notificação feita ao contribuinte para pagamento.
- (D) ocorrido o erro de direito, incabível a cobrança complementar, máximo em virtude da proteção do princípio da confiança, somente podendo ser alterada a base de cálculo, quanto a fatos geradores ocorridos posteriormente à modificação proposta.
- (E) cabível a retificação no enquadramento do padrão do imóvel e expedição de lançamento complementar, desde que não extinto o direito potestativo da Fazenda Pública pelo decurso do prazo decadencial.

67

A empresa multinacional Zeta, com sede no Brasil, atuante no segmento de tecnologia, contrai obrigação comercial onerosa com a Empresa Gama, sediada no estrangeiro, tendo por objeto a venda de peças industrializadas e prestação de consultoria. A respeito da incidência do ICMS na operação contratada:

- (A) É excepcionada por norma limitadora da competência tributária, constitucionalmente qualificada, conformando regra autoaplicável, decorrente da EC 42/03.
- (B) Será observada, exceto quanto ao serviço de consultoria, pelo fato de existir previsão constante de Lei Complementar isentando o ICMS na hipótese do serviço a ser prestado a destinatário no exterior.
- (C) É alvo de norma imunizante, a alcançar inclusive a prestação do serviço de transporte interestadual das mercadorias a serem destinadas à Empresa Gama.
- (D) Implica no dever jurídico da empresa Zeta de estornar os créditos que registrou na entrada tributada das mercadorias utilizadas para fabricação do produto a ser exportado, sem poder compensá-los em outras operações.
- (E) Incide parcialmente, pois, apenas os produtos industrializados destinados à exportação são beneficiários de norma imunizante, de modo que mercadorias semielaboradas e serviços são tributáveis.

68

A República Federativa do Brasil celebra acordo bilateral com a República XYZ, que foi ratificado pelo Congresso Nacional e pelo qual, para que fosse implementado o Projeto de Mineroduto entre Brasil-XYZ, seria concedida isenção de todos os impostos incidentes na obra. O Município Delta, entretanto, lançou o ISS relativo ao serviço de sondagem do terreno, entendendo que somente caberia ao poder tributante, no caso o município, o poder de isentar. Nesta hipótese

- (A) Razão assiste ao Município Delta, eis que a situação descrita se subsume à figura da isenção heterônoma, que é vedada pela norma do artigo 151, III da Constituição, proibindo-se à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, sem exceções.
- (B) Sobreleva no Supremo Tribunal Federal o entendimento que regras de isenção, representam exceção constitucional à capacidade ativa tributária, pelo que devem ser interpretadas de forma restrita, não sendo possível alterar o texto do dispositivo constitucional do artigo 151, III da CF através de mera interpretação.
- (C) A isenção prevalece, havendo, na federação brasileira, uma relação de coalescência entre ordem jurídica total e ordens jurídicas parciais, nada impedindo que a República Federativa exerça as prerrogativas que possui em face das unidades meramente federadas e celebre tratados e acordos, como pessoa jurídica de direito público, sem limitações a si impostas.
- (D) A isenção prevalece, desde que seja ratificada pelos municípios que terão perda de receita, em virtude do que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda a concessão de benefícios fiscais de qualquer natureza, sem que seja realizado estudo do impacto orçamentário-financeiro.
- (E) O Município tem razão, visto que o acordo internacional, ratificado pelo Congresso Nacional tem status de lei ordinária e, portanto, não pode contrariar norma constitucional expressa, que veda a concessão de tal isenção.

69

Com relação à interpretação das leis tributárias é correto afirmar que:

- (A) A escola da exegese, propagada por Enno Becker, dava especial ênfase à chamada interpretação econômica do fato gerador.
- (B) A linha de pensamento defendida pela jurisprudência dos interesses percebia a tributação como expressão privilegiada da razão do Estado.
- (C) A interpretação funcional do direito tributário atribuiu ao conceito de capacidade contributiva o status de chave mestra hermenêutica do sistema.
- (D) A interpretação da lei tributária foge às regras utilizadas nos demais ordenamentos, carecendo de método próprio que permita a satisfação dos elevados interesses públicos nela veiculados.
- (E) A interpretação autêntica, levada a cabo pelo Poder Judiciário, deve ser aplicada toda vez que a lei tributária malferir o texto constitucional.

70

Suponha que o Presidente do Tribunal de Justiça de determinado Estado formule consulta ao Tribunal de Contas sobre a possibilidade de exclusão dos valores referentes a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a remuneração paga aos servidores públicos, para fins de cálculo do montante de despesas com pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tribunal de Contas Estadual, por meio dos seus Conselheiros, em sessão própria, com base na legislação aplicável à espécie, na hipótese de apreciar e deliberar sobre a referida matéria a ele submetida deverá, no mérito, se posicionar no sentido de ser

- (A) Legal a exclusão dos valores do IRRF em questão para fins de cálculo do montante de despesas com pessoal, inclusive em se tratando de despesas com saúde e educação, por força da aplicação do princípio isonomia financeira.
- (B) Illegal a exclusão dos valores do IRRF em questão para fins de cálculo do montante de despesas com pessoal, com base em leis e portarias da Secretaria do Tesouro Nacional que estabelecem que tais valores deverão ser excluídos da Receita Corrente Líquida dos Estados e somados à despesa com pessoal.
- (C) Illegal tal exclusão, pois o numerário do IRRF em questão para fins de cálculo do montante de despesas com pessoal é automaticamente integrado ao patrimônio do Estado, sendo assim, tal parcela enquadra-se como despesa real a ser somada às despesas com pessoal.
- (D) Illegal a exclusão pretendida, pois a União é o ente estatal competente para instituir e cobrar o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (art. 153, III, CFRB/88), sendo de sua titularidade o valor cobrado na fonte em decorrência do pagamento de vencimentos pelo Estado.
- (E) Illegal a exclusão dos valores do IRRF em questão para fins de cálculo do montante de despesas com pessoal, visto não se tratar de despesa efetiva do ente, mas há mero registro virtual de recolhimento de valores que já pertencem ao Estado, conforme previsto no art. 157, I, da Constituição Federal.

71

Com base no entendimento pretoriano firmado quanto às disposições interpretativas aplicáveis ao Direito Tributário, assinale a alternativa correta, considerando que a segunda assertiva se vincula e é decorrência lógico-jurídica da primeira:

- (A) É inconstitucional a incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis, conforme previsto em verbete sumulado com caráter vinculante pelo STF/Logo, com base na definição de “serviço” dada pelo Direito Civil, não incide a exação municipal sobre o contrato de *leasing* financeiro sobre automóveis.
- (B) A prestação do serviço personalizado de composição gráfica, realizado sob encomenda em embalagens destinadas à utilização como insumo em processos de produção encerra um ciclo de atividade tributável de forma autônoma / Assim, em interpretação conforme à Constituição, incide o ISS sobre serviços gráficos encomendados, executados em embalagens destinadas à utilização como insumo em processos de produção.
- (C) Por meio da EC 29/2000, o constituinte derivado autorizou o legislador infraconstitucional a adotar a progressividade na fixação da base de cálculo do IPTU / Assim, por ser, igualmente um imposto real, o ITBI também podem apresentar alíquotas progressivas, na ausência de disposição legal expressa com base no emprego da analogia.
- (D) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro / O sujeito ativo da relação jurídico-tributária é o Estado em que ocorre o desembaraço aduaneiro da mercadoria, por literal disposição de lei, sendo irrelevante o fato da mercadoria ter sido importada e se destinar a outro Estado.
- (E) A entrega pela concessionária de gás em botijão à domicílio mediante a cobrança de acréscimo no preço do produto sobre o valor adotado nos postos de revenda, não constitui, por si só, prestação de serviço tributável pelo ISS / A entrega domiciliar do gás em botijão se afigura como mera atividade-meio da distribuição do produto, que se sujeita ao ICMS, na forma da LC 87/96.

72

Com relação à norma do parágrafo único do artigo 116 do CTN *in verbis*. “A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos na lei ordinária. Analise as assertivas e assinale a opção correta:

- I. O argumento de que a norma do parágrafo único do artigo 116 do CTN é inconstitucional, por afrontar o princípio da legalidade, é fruto de uma visão historicamente datada no Brasil, relativa a um período de supressão das liberdades públicas, em que fazia sentido demarcar um campo de liberdade para a atividade particular.
- II. É perfeitamente cabível interpretar a norma do parágrafo único do artigo 116 do CTN à luz do argumento constitucional, visto que as expressões tipicidade fechada, legalidade estrita e reserva absoluta da lei têm sede constitucional.
- III. A legalidade tributária prevista na Constituição Federal, como limitação ao poder de tributar, oblitera a adoção pelo legislador pátrio de cláusula geral antielisiva, pois é ínsito ao conceito de cláusulas gerais a indeterminação de seus conteúdos normativos.
- IV. A referência à tipicidade fechada das normas tributárias, infensa a interpretações finalísticas, é incompatível com a dogmática atual do direito tributário, onde a descrição tipológica que configure o fato gerador do tributo, é uma estrutura aberta à aplicação teleológica do Direito.

Estão corretas

- (A) I e IV
- (B) II e IV
- (C) I e III
- (D) II e III
- (E) III e IV

73

Lei Estadual, publicada em 05/10/2011, estabeleceu, entre outras providências, a incidência do ICMS sobre as operações de vendas, pelas seguradoras, de veículos salvados de sinistro. Nesse caso, com base no atual entendimento do Supremo Tribunal Federal afirma-se que:

- (A) é inconstitucional a referida lei estadual, por não se configurar operação de ICMS, visto que as vendas se integram à operação de seguro, constituindo recuperação de receitas e não atividade mercantil.
- (B) é constitucional a referida lei estadual, pois a alienação de bens salvados de sinistro pela seguradora pode ser equiparada à circulação de mercadoria passível de incidência do ICMS.
- (C) é constitucional, pois a alienação de bens salvados de sinistro pela seguradora visa o lucro, inerente à liquidez e à administração patrimonial exigidas pela legislação de regência do setor de seguros.
- (D) é constitucional, por se coadunar com o posicionamento do enunciado n°. 152 do STJ, no sentido de que “na venda pelo segurador, de bens salvados de sinistros, incide o ICMS”.
- (E) é inconstitucional, por violar a competência exclusiva do Senado Federal no que se relaciona ao aspecto material do fato gerador do ICMS de competência dos Estados e Distrito Federal.

74

Com referência à legislação tributária aponte a opção em que ambas as assertivas estão corretas, sendo que a segunda complementa e é corolário lógico-jurídico da primeira:

- (A) O processo legislativo infraconstitucional em matéria tributária, observado na Constituição, prevê leis complementares e ordinárias / Fixa-se através deste arcabouço constitucional uma hierarquia entre estas diferentes espécies legislativas, que permite ao sistema engendrar soluções adequadas à estabilidade jurídica da nação.
- (B) Com as leis ordinárias são fixadas permissões, proibições e obrigatoriedades no campo da tributação / Percebe-se que esta modalidade legislativa foi criada para outorgar maior uniformidade aos conteúdos tributários das leis nacionais.
- (C) As leis complementares têm por função primordial conferir maior estabilidade e uniformidade a determinadas matérias, inclusive no campo da tributação / Em decorrência deste fato o legislador constituinte vedou ao legislador constituído a incursão, por normas de urgência, no campo das matérias regradas por lei complementar.
- (D) Leis complementares e leis ordinárias sobre matéria tributária não guardam entre si relação hierárquica / Neste sentido, o artigo 146 da Constituição Federal, ao prever leis complementares que dirimam conflitos de competência, não pode constituir fundamento de validade da legislação ordinária superveniente dos Estados.
- (E) As leis complementares de natureza tributária têm conteúdo tipificado na Constituição Federal, o que já não ocorre no caso das leis ordinárias / Desta forma não é possível à lei complementar tributária extrapolar o elenco de temas a ela reservados constitucionalmente.

75

A empresa Beta, após ter realizado recolhimento a maior do IPI, busca reparar o erro cometido através de declaração de compensação do crédito a seu favor, com o IRPJ por ela devido. O pedido de compensação não é reconhecido pela Fazenda Nacional, em razão de não haver trânsito em julgado declarando existente o crédito de Beta. Com a rejeição do pedido de extinção do crédito do IRPJ, a Fazenda inscreve o débito reconhecido pelo sujeito passivo e ajuíza a correspondente execução fiscal. Citado, o contribuinte embarga a execução alegando ter havido compensação. Nesse caso, os embargos à execução:

- (A) Estão fadados ao insucesso, pois não é admitida a alegação de compensação em sede de embargos, por expressa previsão da Lei 6830/80.
- (B) Devem ser acolhidos, visto que a compensação de dívidas fiscais é admitida como forma de extinção das obrigações de forma expressa pelo Código Civil.
- (C) Devem ser acolhidos, pois a compensação está prevista de forma explícita no art. 156 do CTN como forma de extinção do crédito tributário.
- (D) Improcedem, pois na forma do artigo 170 do CTN, a compensação de créditos tributários só pode ser autorizada por meio de lei complementar.
- (E) Devem ser acolhidos, na forma da lei federal específica, que prevê expressamente a possibilidade de compensação entre créditos e débitos de tributos administrados pela Receita Federal.

76

Suponha que a Lei Municipal XYZ publicada no período de 180 dias anteriores ao término do mandato do chefe do Poder Executivo da respectiva municipalidade, tenha como objeto a reestruturação de plano de cargos e aumento de vencimentos de funcionários públicos da administração direta e/ou indireta, com produção de efeitos financeiros dentro do mesmo exercício (dentro dos 180 dias do término do mandato do chefe do Executivo) ou no exercício seguinte. Nesse caso, de acordo com as normas previstas na Lei Complementar nº. 101/2000 afirma-se que

- (A) o ato é legal, pois a municipalidade, através de norma própria, deverá dar aplicabilidade ao art. 37, inc. X, da CFEB/88, determinando não somente qual dos diversos índices de acompanhamento inflacionário irá adotar como também fixar a data da realização desta revisão geral e ampla.
- (B) o ato é ilegal, pois só será admissível o pagamento de efeito financeiro da revisão anual, 12 meses após a data-base instituída pela lei municipal, quando será aplicada à remuneração de agentes políticos e administrativos a variação do índice inflacionário adotado, ocorrida nesse período.
- (C) o ato é ilegal, visto ser necessário a elaboração da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a demonstração da origem dos recursos para custeio, em relação à aplicação da revisão geral prevista no art. 37, inc. X, da CFEB/88.
- (D) o ato é legal, pois o aumento da despesa gerado pela revisão geral anual é excepcionado em relação às regras limitadoras contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de garantir a eficácia da garantia constitucional de revisão remuneratória para essa classe de despesa.
- (E) o ato é ilegal, pois o aumento é nulo de pleno direito e poderá resultar dano ao erário, visto que se o ato for praticado nos 180 dias ao final do mandato conflitará com as regras previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser levado em conta que a lei impõe limites à despesa de pessoal.

77

Quanto à Responsabilidade Tributária, considere as seguintes afirmativas:

- I. Por expressa disposição do Código Tributário Nacional, em caso de fusão, cisão, transformação e incorporação de pessoas jurídicas, as sociedades resultantes destas operações são responsáveis pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, cindidas, transformadas ou incorporadas.
- II. A aquisição de filial de loja pelo sobrinho-neto do antigo proprietário, no ramo de eletrodomésticos, que tenha débitos vencidos com a Fazenda, cuja rede se encontre em recuperação judicial, não redonda em responsabilidade por sucessão com base no princípio da preservação da empresa.
- III. A extinção de pessoa jurídica exploradora de atividade econômica no ramo da alimentação, em que um sócio da empresa extinta resolve seguir explorando o mesmo ramo de atividade em uma nova sociedade, determinará a ocorrência da sucessão tributária entre a antiga e a nova empresa.
- IV. Não são transmissíveis as dívidas da sociedade adquirida por terceiro, que tenham tido origem em infração à legislação tributária, pois nenhuma pena pode passar da pessoa do ofensor, garantia constitucionalmente assegurada, eis que o ilícito tributário pressupõe responsabilidade subjetiva.
- V. Débitos tributários lançados por homologação, declarados e não pagos tempestivamente, não estão sujeitos à exclusão de responsabilidade por infração à legislação tributária, posto que a dívida é constituída no instante em que declarada pelo sujeito passivo.

Estão corretas as alternativas:

- (A) I e III
- (B) II e IV
- (C) IV e V
- (D) I e II
- (E) III e V

78

OCIC Comercial Ltda. informa que tem por atividade econômica a compra e venda de baterias automotivas e que, em função de Resolução do CONAMA, deve remeter as baterias utilizadas ao fabricante. Aduz que foi celebrado convênio no âmbito do CONFAZ, concedeu isenção de ICMS na saída de pilhas e baterias usadas. Afirma que o decreto estadual da unidade da federação onde se encontra, ao ratificar o convênio, excluiu do benefício as baterias automotivas, o que ipso facto, acarretaria vício de inconstitucionalidade, em função da norma do artigo 155 § 2º XII g da CF, a qual determina caber à lei complementar regular a forma pela qual, isenções e benefícios do ICMS serão concedidos e revogados. Sustenta, por fim, que tem direito à fruição da isenção prevista no convênio em comento, de modo que é ilegal o auto de infração lavrado com base na legislação estadual, expedido em razão do não recolhimento do ICMS relativo à saída das baterias usadas. Neste caso:

- (A) Razão assiste à empresa, visto que é vedado ao Estado-Membro restringir isenção prevista em convênio, eis que este só terá eficácia se for ratificado por todos os Estados da Federação.
- (B) Falece direito à empresa, visto que o Chefe do Executivo Estadual tem autonomia político-administrativa para decidir sobre a implantação de benefícios fiscais do ICMS em seu território, a despeito de ser ou não celebrado convenio.
- (C) Cabe mandado de segurança para fazer valer o direito líquido e certo da empresa, visto que a Lei Complementar 24/75 registra que as isenções do ICMS serão concedidas ou revogadas nos termos dos convênios celebrados e ratificados pelos Estados e Distrito Federal.
- (D) A isenção deve ser respeitada, eis que o artigo 7º da Lei Complementar 24/75 consigna que os convênios ratificados obrigam as Unidades da Federação, inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião do CONFAZ.
- (E) O Estado não está obrigado a conceder o benefício previsto em convênio, mas deve tolerar o emprego que outros Estados façam das isenções fiscais regularmente aprovadas no âmbito do CONFAZ.

79

A empresa Brabras Indústria e Comércio de Móveis consulta V.Sa. para saber se tem direito a creditar-se da diferença de alíquota, quando a aplicada sobre o seu produto final é superior à alíquota incidente sobre as matérias-primas, insumos e produtos intermediários consumidos para a criação de seus artigos, fazendo incidir o IPI tão somente sobre o valor agregado. Aponte a opção que contempla o esclarecimento correto à contribuinte:

- (A) Pelo princípio da não cumulatividade deve a empresa, na qualidade de contribuinte, creditar-se da diferença da alíquota a maior do IPI, aplicada na saída do bem do estabelecimento industrial.
- (B) Conforme a sistemática não cumulatividade, o IPI incide, em cada operação, sobre o valor agregado, com base na alíquota própria de cada etapa.
- (C) Na apuração do IPI adota-se o sistema de créditos e débitos do imposto, pelo qual, sendo diferentes as alíquotas de entrada e saída, não ocorre somente tributação do valor adicionado na operação.
- (D) O princípio da não cumulatividade determina que, no caso da alíquota final ser inferior àquela das etapas anteriores da cadeia produtiva, incidirá tão somente sobre o valor agregado e não sobre o valor final do bem.
- (E) Pelo método de apuração do IPI o que se abate é o valor do imposto pago na operação anterior, se a alíquota desta etapa era menor que a alíquota final, ambas devem ser equalizada.

80

Determinado Estado edita lei prevendo a cobrança do diferencial entre as alíquotas de ICMS incidentes, envolvidas na operação em que a empresa atuante em seu território, no ramo da construção civil, adquire insumos em outro estado para empregar em suas obras. Com base nessa previsão, afirma-se:

- I. Considerando a operação descrita, disciplinada pelo legislador estadual, o ICMS incidente sobre a aquisição dos insumos deve adotar a alíquota interna, na forma do disposto pela Constituição.
- II. A previsão legislativa estadual é constitucional, pois está em conformidade com o princípio da autonomia dos estados membros e se insere na competência legislativa suplementar.
- III. A empresa atuante no ramo da construção civil utiliza os insumos como meio a possibilitar a comercialização de suas construções, e, por esse motivo, é contribuinte do ICMS no estado que editou a lei em tela.
- IV. A disposição legislativa apresenta hipótese de bitributação inconstitucional do ICMS, pois empresa atuante no ramo da construção civil utiliza os insumos na condição de consumidora final, razão pela qual é contribuinte do ISS.
- V. A norma estadual está em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, com base no princípio da igualdade, de forma a evitar o desequilíbrio na tributação entre estados membros, a importar em guerra fiscal.

Estão corretas as alternativas:

- (A) I e V
- (B) II e IV
- (C) III e IV
- (D) I e IV
- (E) III e V

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Direito Tributário e Direito Financeiro do Tipo 1 (Branco – 10M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.